



DEFESA
NACIONAL E
SOBERANIA

ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA

O Brasil precisa manter-se atento às possíveis ameaças potenciais ou manifestas que possam se contrapor aos interesses nacionais, ao fortalecimento da soberania nacional e ao desenvolvimento e bem-estar de seu povo. Por isso, ao mesmo tempo em que prima pelos princípios que regem as relações internacionais, o Estado brasileiro não pode deixar de possuir condições de dissuadir qualquer tipo de agressão externa e, caso ocorra, de ter capacidade de realizar a adequada e proporcional pronta-resposta, compatível com a estatura político-estratégica do País.

Ciente da importância da Defesa Nacional e alicerçado pelo que rege a Constituição Federal, o Governo brasileiro tem buscado convergir esforços para aprimorar a efetividade do setor de defesa. Para isso, atua para ampliar a capacidade operacional das Forças Armadas e mantê-las em permanente estado de prontidão para cumprir sua destinação constitucional. Por outro lado, há um direcionamento de esforços para que as Forças Armadas contribuam com o desenvolvimento nacional e o bem-estar da sociedade, desenvolvendo ações, programas e projetos relacionados a esse objetivo.

Marinha do Brasil

Na Marinha do Brasil (MB), o Programa de Construção do Núcleo do Poder Naval vem se desenvolvendo por meio do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), da fabricação dos Navios Classe Tamandaré e da retomada da construção de Navios-Patrolha (NPa) de 500 Toneladas. No âmbito do Prosub, vale ressaltar as seguintes concretizações em 2021: i) a incorporação do Submarino “Riachuelo” (S40), primeiro com propulsão diesel-elétrica feito no âmbito do Programa; e ii) a obtenção da 1ª licença parcial de construção do Submarino Convencional com Propulsão Nuclear (SCPN) “Álvaro Alberto”. Para 2022, estão previstos: i) a entrega da parte industrial do Estaleiro de Manutenção (ESM), no Complexo Naval de Itaguaí (CNI), no Estado do Rio de Janeiro; ii) a avaliação operacional do Submarino “Riachuelo”; iii) o lançamento ao mar do Submarino “Tonelero”; e iv) o prosseguimento da construção dos Submarinos “Humaitá” e “Angostura”. O ESM representa um relevante impacto socioeconômico, por envolver cerca de 1.200 empregados contratados e investimentos de R\$ 450 milhões.

No tocante à implantação de Navios Classe Tamandaré, os esforços estão voltados à transferência de tecnologia para a MB e para empresas nacionais, assim como ao incremento no índice de nacionalização desse programa estratégico. Para 2022, está previsto o início da construção do primeiro navio da Classe Tamandaré.

Quanto à produção dos Navios-Patrolha (NPa) de 500 toneladas, a continuidade da construção desses navios, em 2021, pelo Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ), simboliza a retomada da produção militar de

navios de superfície no Brasil, com a manutenção e a atualização dos conhecimentos das equipes técnicas, de planejamento e de gerência de projetos, com forte incentivo à Base Industrial de Defesa (BID) no País. Para 2022, está prevista a conclusão da construção do primeiro navio, o NPa Maracanã.

O Programa Nuclear da Marinha (PNM), por sua vez, contempla: i) o desenvolvimento do ciclo de combustível; ii) a construção e validação do Laboratório de Geração de Energia Núcleo-Elétrica (Labgene); e iii) a produção de um protótipo de reator tipo PWR6. Em 2021, foi concluído o projeto da 9ª Cascata de Ultracentrífugas, transferindo-a para as indústrias nucleares do Brasil. Tal feito proporciona um incremento na capacidade produtiva de combustível nuclear para abastecimento das Usinas de Angra I, II e III, contribuindo para a redução da dependência de insumos produzidos no exterior. Para 2022, está previsto o início da montagem eletromecânica de equipamentos e sistemas a serem instalados no interior da contenção metálica do Labgene.

Exército Brasileiro

No Exército Brasileiro (EB), o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), que abrange a implantação dos meios destinados a monitorar a faixa de fronteira, tem por objetivo fortalecer a presença e a capacidade de ação do Estado nessa importante região do território nacional. Em 2021, o Programa concluiu o projeto-piloto, implantado no Estado do Mato Grosso do Sul. Para 2022, o Governo Federal pretende expandir as ações na direção do Estado do Mato Grosso e do norte do Mato Grosso do Sul, assim como para os Estados do Paraná e de Santa Catarina, além de beneficiar os pelotões especiais de fronteira do Estado do Amazonas.

O Projeto Sistema de Mísseis Astros 2020 tem como objetivo principal dotar a força terrestre de meios modernos de apoio de fogo capazes de neutralizar alvos a grandes distâncias. Em 2021, foram: i) entregues etapas dos projetos do Foguete Guiado e do Míssil Tático de Cruzeiro, com domínio de tecnologia restrita; e ii) realizados testes do Sistema Transportável para Rastreamento de Engenhos em Voo, gerando conhecimento científico-tecnológico.

Para 2022, o projeto prevê: i) o início das obras da Bateria de Busca de Alvos, no Forte Santa Bárbara, no Município de Formosa, em Goiás; ii) a continuação do desenvolvimento das capacidades dos mísseis e foguetes, com a inserção de novos projetos; e iii) a entrega de simuladores para o Sistema Astros, em parceria com o meio acadêmico. A continuidade do projeto contribuirá de modo expressivo para a geração de empregos diretos e indiretos nas regiões do Vale do Paraíba, em São Paulo, e no Município de Formosa, em Goiás.

Quanto ao Programa Forças Blindadas (Programa Guarani), foram adquiridas, em 2021, 46 Viaturas Blindadas de Transporte de Pessoal Médias Sobre Rodas (VBTP-MSR) 6 x 6 Guarani, bem como Sistemas de Armas Manuais e Automatizados Remax, para contemplar as viaturas adquiridas. O Programa contribui para:

i) o fortalecimento da BID; ii) a conquista da autonomia em tecnologias estratégicas para o País; iii) a geração de empregos; e iv) a capacitação de civis e militares no desenvolvimento de viaturas blindadas.

Para os próximos anos, estão previstas as aquisições de: i) 134 VBTP-MSR 6 x 6 Guarani; ii) 104 Viaturas Blindadas Multitarefa Médias Sobre Rodas 4 x 4; iii) oito Viaturas Blindadas de Combate de Cavalaria 8 x 8; iv) duas Viaturas Obuseiro Autopropulsado 8 x 8; e v) 125 Sistemas de Armas.

No Programa Estratégico Defesa Cibernética, o Governo Federal concluiu as atividades previstas para 2021, com destaque para: i) a aquisição de ferramentas cibernéticas; ii) a melhoria da infraestrutura de proteção dos ativos da defesa nacional; iii) o incremento do nível de conscientização sobre a proteção cibernética das infraestruturas críticas; e iv) o incentivo à indústria nacional para o desenvolvimento de novas soluções tecnológicas.

Para os próximos anos, estão previstos outros avanços no setor, como: i) a implantação do Centro de Operações de Defesa Cibernética; e ii) o incremento à pesquisa e à educação, visando aumentar a cultura de segurança cibernética da sociedade, de modo a estimular a capacitação de mão de obra e a resiliência cibernética das instituições do Estado e das empresas brasileiras.

Força Aérea Brasileira

Na Força Aérea Brasileira (FAB), o subprojeto F-X2 figura como importante marco quando se trata da defesa aérea. Em uma primeira fase, serão adquiridos um total de 36 caças multimissão da Suécia. Em 2021, ocorreu o recebimento das duas primeiras aeronaves F-39 Gripen. Essa conquista consolida o estabelecimento da parceria para transferência de tecnologia dentro do subprojeto. O cronograma de recebimento das próximas aeronaves segue a partir de 2022.

O subprojeto da aeronave KC-390 vem contribuindo para a modernização da Força Aérea no quesito do transporte tático. Até o momento, foram recebidas quatro aeronaves KC-390 Millennium, empregadas em diversas operações, com destaque para: i) o apoio à Operação Covid-19; ii) o transporte de material para o Líbano, por ocasião da explosão ocorrida no porto de Beirute; e iii) o apoio no transporte de material para o Haiti, por ocasião do terremoto que assolou o país em agosto de 2021. O cronograma de recebimento das demais aeronaves segue ao longo de 2022.

Destaca-se ainda o Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE), que contempla o lançamento de frotas de satélites em órbita baixa e de órbita estacionária, assim como estações terrestres de controle, recepção e processamento de dados. O Governo Federal, por intermédio da FAB e da Agência Espacial Brasileira (AEB), concluiu o processo de seleção das empresas que vão operar no contexto do Centro Espacial de Alcântara (CEA) a partir de 2023. Tal feito contribuirá para o desenvolvimento social e econômico do Estado do Maranhão.

Em 2022, está previsto o lançamento de um satélite de sensoriamento remoto SAR com operação 100% nacional pelo Centro de Operações Espaciais. O satélite contribuirá para que o Brasil realize, de forma independente, o levantamento de informações de interesse para o País, com destaque para as áreas de: i) defesa; ii) segurança pública; iii) meio ambiente; iv) agricultura; v) segurança hídrica; e vi) desastres naturais.

Segurança e defesa nacional

Em relação a assuntos de segurança e defesa nacional, o Governo Federal tem se atualizado para cumprir a missão de garantir a segurança institucional do Estado e da sociedade brasileira.

Entre os serviços prestados à população para enfrentamento da pandemia do coronavírus (Covid-19), destaca-se a coordenação do Plano de Barreiras Sanitárias para os Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato, assim como da Sala de Situação Nacional (SSN), por meio da coordenação de mais de 30 reuniões com objetivo de proteger os indígenas, integrando diversos vetores do Governo Federal para esse fim.

Em relação ao uso e à ocupação da faixa de fronteira, foram promovidos debates com vistas a conciliar medidas de desenvolvimento com aquelas relacionadas à segurança do Estado e da sociedade, em especial na abertura do mercado ao investimento estrangeiro. Nesse sentido, o Governo tem atuado nas tratativas para acessão do Brasil à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), buscando o desenvolvimento de mecanismos de defesa dos interesses nacionais, sem perder de vista a importância do investimento estrangeiro para o desenvolvimento do País.

Diante disso, o Governo manteve-se atuante no aperfeiçoamento de normas de interesse de setores estratégicos, como a mineração, a aquisição de terras por estrangeiros, a regularização fundiária, entre outros, visando à desburocratização e procurando assegurar contrapartidas necessárias ao fortalecimento do desenvolvimento na faixa de fronteira do Brasil, em colaboração com os países fronteiriços.

Como ferramenta de suporte à tomada de decisão, foram produzidos mapas georreferenciados de temas institucionais de uso do território brasileiro e representação de assuntos estratégicos, como forma de demonstrar a importância da integração de dados dos diversos órgãos da Administração Pública Federal.

Na Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo (Creden), por meio de grupos técnicos compostos por mais de 60 organizações, o Governo cumpriu diversas metas estabelecidas para 2021, dentre elas a elaboração das minutas da Política Nacional de Fronteiras e do Plano Nacional de Segurança de Infraestrutura Críticas. Também se destacam a conclusão dos trabalhos para a elaboração da minuta de Política Nacional de Biossegurança e Bioproteção e da proposta de construção do laboratório NB4.

Na alçada das fronteiras do País, a Política Nacional de Fronteiras (PNF) objetiva orientar os esforços dos órgãos federais, estaduais e municipais com atuação nas regiões de fronteira, preenchendo eventuais lacunas existentes, em prol da segurança, do desenvolvimento sustentável e da integração das fronteiras brasileiras. Após a aprovação da PNF, será elaborada a Estratégia Nacional de Fronteiras. No combate aos crimes transfronteiriços, há ainda a previsão da realização de visitas técnicas nacionais e internacionais, a fim de contribuir para o estreitamento de laços, articulação institucional e cooperação internacional.

Já o Plano Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas visa consolidar as ações estratégicas e interinstitucionais a serem implementadas para o alcance dos objetivos definidos na Estratégia Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas.

No âmbito das ações relacionadas ao Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF), instituído pelo [Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016](#), foi realizado, nos dias 6 e 7 de abril, o “Painel sobre Segurança e Integração do Arco Sul”, com o propósito de apresentar à sociedade ações voltadas à segurança das fronteiras do Brasil, considerando as peculiaridades de cada região. O evento permitiu a realização de diagnóstico estratégico com base no compartilhamento de empecilhos, cenários e boas práticas no combate aos crimes transnacionais; e a coordenação para operações integradas/interagências, acordos de cooperação técnica e capacitação conjunta, a partir da aproximação institucional proporcionada entre os Gabinetes de Segurança Integrada de Fronteiras (GGIF) e os órgãos do PPIF. Realizou-se, ainda, o 1º Curso de Coordenação e Planejamento Interagências (CCOPI), na Escola Superior de Defesa, em Brasília (DF), a fim de suprir lacuna na capacitação de civis e militares no que diz respeito ao trabalho interagências.

Para o ano de 2022, em relação a assuntos de segurança e defesa nacional, o Governo dará continuidade ao desenvolvimento da Plataforma Decisória do Conselho de Defesa Nacional, ferramenta de acesso restrito e seguro, a fim de possibilitar celeridade na gestão e no adensamento das ações do colegiado.

Adicionalmente, uma nova versão do Mapa de Temas Institucionais será concluída no primeiro semestre de 2022, reunindo e apresentando os dados georreferenciados mais atualizados acerca dos temas de relevância para o País.

Infraestruturas críticas

Já no contexto da Segurança de Infraestruturas Críticas (SIC), após a aprovação do Plano Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas, o Governo buscará a implementação de suas ações estratégicas, dentre as quais se destacam: i) elaboração de decreto de instituição do Comitê Gestor de Segurança de Infraestruturas Críticas; ii) criação do Sistema Brasileiro de Segurança de Infraestruturas Críticas; iii) criação de um guia de boas

práticas sobre o tema; iv) apoio aos ministérios das áreas prioritárias de SIC no desenvolvimento dos planos setoriais; e v) desenvolvimento de rotinas e protocolos para o acompanhamento e notificação de ocorrências envolvendo infraestruturas críticas; dentre outros.

Será dada, em 2022, continuidade à identificação das relações de interdependência entre as infraestruturas críticas, uma vez que a interrupção total ou parcial na operação de uma instalação ou serviço crítico pode não só comprometer o próprio setor, como também a segurança e soberania nacionais, afetando outros setores estratégicos, com consequências sociais, ambientais, econômicas, políticas, internacionais ou à segurança do Estado e da sociedade.

Uma das principais áreas de atuação do Governo ao longo de 2021 foi a melhoria do processo decisório do Executivo Federal, com foco na proteção do Estado e na salvaguarda dos interesses nacionais. Essa mesma linha pautará as ações futuras do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), em apoio às ações governamentais a serem executadas em 2022.

Política nuclear

Quanto às ações relativas à Política Nuclear Brasileira, o Governo realizou dois exercícios de emergência e segurança física nuclear, um em Angra dos Reis e outro em Resende, ambos no Estado do Rio de Janeiro, visando aperfeiçoar procedimentos e fortalecer a estrutura de resposta nos níveis nacional, estadual e municipal. Foram realizados, ainda, exercícios internacionais em modo virtual, elaborados pela Agência Internacional de Energia Atômica. Foi elaborado o Plano Nacional para Situações de Emergência Nuclear, que estabelece medidas de preparação e resposta ante a uma situação de emergência nuclear. Foi aprovado, ainda, o Plano de Apoio Externo para a Fábrica de Combustível Nuclear (FCN) das Indústrias Nucleares do Brasil (INB), estruturando o apoio das instituições integrantes do grupo de apoio externo em eventuais situações de emergência na Fábrica e nas suas unidades de transporte.

Outro ponto de destaque em 2021 foi a criação da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear, agência reguladora na área de segurança nuclear, a partir de Medida Provisória convertida na [Lei nº 14.222, de 15 de outubro de 2021](#).

Além disso, foi iniciada a implementação do Plano Nacional de Resposta a Evento de Segurança Física Nuclear, por meio da elaboração de protocolos entre os órgãos de segurança pública e os operadores nucleares, visando complementar o sistema de proteção física das instalações nucleares e prover adequada segurança no transporte de materiais nucleares. O Governo Federal liderou o planejamento e a condução de exercícios interagências nessa área.

No que se refere ao Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro (CDPNB), o Governo expediu diretrizes, por meio de resolução, para modernizar a área regulatória relativa a insumos radioativos, medicina nuclear e radioterapia, pesquisa e lavra de minérios nucleares, instalações nucleares e radioativas, dentre outras, com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento desse setor.

Algumas dessas diretrizes já produziram resultados, como a revisão das publicações ICA 100-37 – “Serviços de Tráfego Aéreo” e do MCA 100-II – “Preenchimento dos Formulários de Plano de Voo”, possibilitando que aeronaves que transportem radiofármacos recebam a mesma prioridade das que transportam órgãos vitais, enfermos ou equipe médica, durante pousos e decolagens em aeródromos nacionais. Outra diretriz implementada foi a atualização de requisitos regulatórios sobre radiofármacos, com o objetivo de simplificá-los e flexibilizá-los, a fim de facilitar a entrada de novos radiofármacos no mercado brasileiro e a produção de radiofármacos nas clínicas.

Na agricultura, o Governo Federal trabalhou para viabilizar a implantação de irradiadores multipropósitos para a irradiação de alimentos em território nacional. Empenhou-se para aumentar o nível de informação dos segmentos produtivos nacionais sobre potencialidades da irradiação aplicada à agropecuária. Foram realizados diálogos com potenciais investidores, com foco na avaliação do envolvimento do setor privado na construção e operação de irradiadores multipropósito no País. Em 2022, o Governo continuará a atuar na atração de investimentos para a construção de irradiadores multipropósito e na abertura de novos mercados para os produtos agropecuários tratados com processos de irradiação.

O Governo Federal pretende, também, concluir a reestruturação regulatória infraconstitucional para dinamizar: i) a pesquisa e a lavra de minérios nucleares com aporte de investimento privado por meio de parcerias; ii) a independência financeira da INB de recursos provenientes do Tesouro Nacional; iii) o aproveitamento de rejeitos que contenham elementos nucleares; e iv) a compatibilização do regime de outorga entre a Agência Nacional de Mineração (ANM) e a Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN). A revisão do arcabouço legal que trata dos minérios nucleares, a ser encaminhada ao Congresso Nacional, tem o propósito de tornar o ambiente jurídico e regulatório cada vez mais transparente.

O Governo Federal publicou, ainda, a primeira edição do Plano de Comunicação Social para o Setor Nuclear Brasileiro, que estabelece as diretrizes que guiarão o planejamento estratégico da comunicação social de todos os entes públicos que dele participam, além de criar a rede de comunicação social do setor nuclear.

Para 2022, no campo da política nuclear brasileira, o Governo planeja: i) finalizar o Manual de Comunicação Social; ii) atualizar procedimentos e planos com base nas recomendações da Agência Internacional de Energia Atômica e nas recomendações das equipes de avaliação dos exercícios realizados em 2021; iii) aumentar a

complexidade dos cenários para os exercícios de emergência realizados em Angra dos Reis e em Resende; e iv) aprimorar profissionalmente os representantes das instituições que compõem o Sistema. O Governo trabalhará, ainda, na formação da rede de comunicação e na implementação dos planos de ação bianuais de cada ente público, estruturando a governança das atividades de comunicação social e fortalecendo os setores de comunicação dos entes públicos do setor nuclear brasileiro.

Na área espacial, o Governo levantou as demandas dos órgãos e das entidades do Poder Executivo Federal por serviços satelitais, bem como os recursos necessários para financiá-los, com a intenção de equacionar os gastos e proporcionar economia para o Estado.

Destacam-se, ainda, os trabalhos desenvolvidos em relação às questões fundiárias e patrimoniais do entorno da área do Centro Espacial de Alcântara (CEA), que consubstanciaram um relatório sobre o tratamento dado aos povos que habitam a área, inclusive, ao promover a titulação de assentados em agrovilas da região. O Brasil continua com o delineamento de políticas públicas para o Município de Alcântara, no contexto da consolidação do CEA, com envolvimento de vários órgãos com responsabilidades diversas no atendimento à população.

O Governo também acompanhou outros temas relacionados ao Programa Espacial Brasileiro, tais como: i) o estabelecimento da governança do setor espacial; ii) a elaboração de Acordos de Salvaguardas Tecnológicas com estados estrangeiros; iii) as atividades de integração e desenvolvimento de projetos voltados para o setor espacial; iv) a mobilização da indústria nacional; v) o acompanhamento da recomposição dos quadros de pessoal das carreiras de Ciência e Tecnologia voltadas ao programa espacial brasileiro; vi) a comunicação social para o programa espacial brasileiro; e vii) a legislação geral sobre atividades espaciais brasileiras.

Ademais, o trabalho realizado para potencializar o Programa Espacial Brasileiro já apresenta resultados apreciáveis ao povo brasileiro, a exemplo da disponibilização de Internet por banda larga aos mais longínquos rincões do País, bem como a proximidade de utilização do Centro de Lançamento de Alcântara para colocação de artefatos em órbita, a partir do território nacional.

Já quanto à segurança física nuclear, o Governo, em conformidade com o Regime Internacional de Segurança Física Nuclear, criou um grupo de trabalho para apresentar, em 2022, o Relatório Nacional de Ameaças à Segurança Física Nuclear. Espera-se definir parâmetros regulatórios de segurança física nuclear, baseados em dados da Inteligência e gerenciamento de riscos e ameaças, o que deverá resultar em maior efetividade de segurança e, até mesmo, economia de recursos.

Quanto à área da saúde, o Governo continuará promovendo a igualdade social no acesso aos serviços de medicina nuclear, para diagnóstico e tratamento de diversas doenças, como o câncer.

OPERAÇÕES MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS

Em 2021, as Forças Armadas conduziram as seguintes operações militares:

- Operação Covid-19, iniciada em 20 de março de 2020 e ainda em andamento: as Forças Armadas estão sendo empregadas no apoio aos órgãos de saúde e segurança pública. Cerca de 16 mil militares participaram da operação durante o ano de 2021. Foram realizadas, entre outras, as seguintes ações: i) transporte de cilindros, tanques e usinas de oxigênio; ii) transferência de pacientes; iii) transporte de insumos médicos e hospitalares; iv) transporte de medicamentos; e v) a instalação e a manutenção de três hospitais de campanha. Ainda no âmbito da operação, foi realizado o apoio à Campanha Nacional de Vacinação contra a Covid-19, com atenção especial atribuída às comunidades indígenas e quilombolas. Houve, ainda, o apoio logístico do setor de defesa a diversos postos de vacinação e o estabelecimento de vários postos pelo território nacional sob a responsabilidade das Forças Armadas;
- Operações Ágata: o Governo Federal atuou nos mais de 16 mil km da fronteira terrestre, nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) e no espaço aéreo sobrejacente, empregando o setor de defesa em coordenação com os órgãos de segurança pública e agências governamentais. Mais de 16 mil militares participaram das operações, além de agentes públicos civis e militares de diversos setores. Em 2022, as Operações Ágata serão mantidas, com ênfase nas ações interagência, buscando a sinergia e a cooperação entre os diversos órgãos envolvidos;
- Operação Verde Brasil 2, realizada no período de 11 de maio de 2020 a 30 de abril de 2021, que teve como principais objetivos: realizar ações preventivas e repressivas contra delitos ambientais, mais especificamente o desmatamento ilegal; e combater os focos de incêndio na Amazônia. O Governo Federal realizou o emprego das Forças Armadas na faixa de fronteira, nas terras indígenas, nas unidades federais de conservação ambiental e em outras áreas federais nos Estados da Amazônia Legal. Entre as principais ações, cabe ressaltar: i) inspeções e patrulhas navais e terrestres; ii) vistorias e revistas em meios de transporte e localidades; iii) prisões de contraventores; e iv) diversas apreensões, valendo destacar: 750 quilos de drogas; 506.136 m³ de madeira; 990 veículos diversos e tratores; 1.137 maquinários de mineração e serraria; 2.163 embarcações; 159.798 litros de combustível; 123.565 armas e munições; 374 balsas/dragas e acessórios de garimpo; e 20 aeronaves. Foram aplicados 5.480 termos de infração, que geraram mais de R\$ 3,3 bilhões em sanções; e

- Operação Samaúma, realizada no período de 28 de junho a 31 de agosto de 2021, conduzida em terras indígenas, em unidades federais de conservação ambiental e nas demais áreas sob propriedade ou posse da União em 26 Municípios dos Estados do Amazonas, do Mato Grosso, do Pará e de Rondônia. Concretizou-se por meio de ações preventivas e repressivas contra delitos ambientais, em especial o desmatamento ilegal, de modo coordenado com o Conselho Nacional da Amazônia Legal (CNAL) e buscando a articulação com órgãos e entidades de proteção ambiental e os órgãos de segurança pública. Entre os principais resultados, vale destacar: i) a realização de 14 prisões; ii) a apreensão de 11,5 kg de drogas; iii) o embargo de 17.005 hectares de terras; iv) a apreensão de: 8.536,561 m³ de madeira; 34 tratores, escavadeiras e caminhões; 137 maquinários de mineração e de serraria; três embarcações; 16 veículos diversos; 34.396 litros de combustível; 322 armas e munições; quatro balsas/dragas e acessórios de garimpo; e v) aplicação de 189 termos de infração, que geraram o montante que superou R\$ 270 milhões em multas.

DEFESA E DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Entre as ações do Governo Federal em prol do desenvolvimento nacional, o bem-estar e a responsabilidade social do País, merecem destaque os projetos descritos a seguir.

- **Programa Calha Norte (PCN)**

Programa conduzido pelo setor de defesa com o emprego de recursos de R\$ 184 milhões, provenientes de emendas parlamentares, a fim de implantar infraestrutura básica e realizar aquisições de equipamentos para mais de 90 Municípios nos Estados do Acre, do Amazonas, do Amapá, de Mato Grosso e de Rondônia, beneficiando as populações dessas localidades e proximidades. Foram empregados R\$ 24 milhões, provenientes do orçamento, destinados à implantação, adequação e ampliação das Organizações Militares da Marinha, do Exército e da Força Aérea, na área de abrangência do PCN. Para 2022, estão previstas a realização de obras e a entrega de equipamentos em Municípios abrangidos pelo Programa, com investimentos estimados em R\$ 440 milhões.

- **Projeto Rondon**

Outra ação do Governo Federal que tem como objetivo propiciar a estudantes e professores universitários, carinhosamente chamados de “rondonistas”, a oportunidade de desenvolver projetos e ações em Municípios de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), contribuindo para elevar o bem-estar das populações locais. Em 2021, em face das restrições impostas pela pandemia da Covid-19, as atividades foram suspensas. Há a expectativa de retomada das ações no ano de 2022. Estão previstas operações nos Estados do AP, MG, BA e GO.



- **Projeto Soldado Cidadão**

Tem como objetivo capacitar profissionalmente jovens que estão prestando o serviço militar obrigatório em todo o território nacional. Realizado com parcerias estabelecidas junto a entidades do Sistema “S” e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, o Projeto atuou em 137 Municípios em 2021, com a participação de mais de quatro mil jovens. Para 2022, o Governo Federal tem buscado um incremento no orçamento direcionado ao Projeto, a fim de viabilizar a participação de mais de cinco mil jovens.

- **Programa Forças no Esporte (Profesp)**

Projeto que conta com o apoio das Forças Armadas, cuja realização se dá em parceria com outras pastas ministeriais. Tem como finalidade a promoção da valorização do indivíduo, a redução de riscos sociais e o fortalecimento da cidadania, da inclusão e da integração social de seus beneficiários, por meio do acesso à prática de atividades educacionais, esportivas e físicas e de atividades socialmente inclusivas, realizadas no contraturno escolar. Atende crianças e adolescentes, preferencialmente em situação de vulnerabilidade social, de 6 a 18 anos de idade, pertencentes à rede pública de ensino.

- **Projeto João do Pulo**

Importante extensão do Profesp e tem como objetivo o atendimento de pessoas com deficiência, a partir dos 6 anos de idade, preferencialmente em situação de vulnerabilidade social. O foco é no estabelecimento de núcleos de atividades socialmente inclusivas, modalidades de esporte adaptado e equoterapia.

No ano de 2021, as atividades educacionais e desportivas do Profesp e do Projeto João do Pulo foram suspensas em face da pandemia da Covid-19. Como ação alternativa, o Governo Federal, por intermédio do setor de defesa, realizou a distribuição de kits alimentação para as famílias dos mais de 30 mil beneficiários dos programas. Para 2022, o Governo pretende ampliar o número de organizações militares participantes nas atividades, o que proporcionará um incremento no número de famílias atendidas.

Apesar das restrições impostas pela pandemia da Covid-19 em 2021, o Governo Federal, por intermédio da Marinha do Brasil, conduziu a Operação Antártica XXXIX, que teve como objetivos o ressuprimento e a troca do Grupo-Base da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), assim como a coleta de dados para a condução de pesquisas científicas.

Em 2022, estão previstos: i) a realização da Operação Antártica XL, com a retomada das pesquisas de campo pelos pesquisadores brasileiros; e ii) o início da construção do futuro Navio de Apoio Antártico (NApAnt),

cujos projetos de obtenção, em estaleiro sediado no Estado do Espírito Santo, permitirá o desenvolvimento e o aprimoramento tecnológico da indústria nacional, bem como ampliará a capacidade de construção naval brasileira e a geração de emprego e renda.

O desenvolvimento da Base Industrial de Defesa (BID) também figura como um dos principais objetivos do Governo Federal, com reflexos positivos para a retomada do crescimento econômico e incremento das oportunidades de geração de emprego e renda. O apoio do Governo às negociações realizadas pelas empresas nacionais fez com que as autorizações de exportações de produtos controlados atingissem recorde histórico de US\$ 1,43 bilhão.

Em 2021, destacam-se as seguintes ações: i) a modernização dos marcos normativos de interesse da defesa que proporcionam segurança jurídica ao desenvolvimento e ao fortalecimento da BID; ii) o lançamento da primeira *fintech* de defesa, em parceria com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp); iii) a realização de missões, a convite das nações parceiras, para apresentar o portfólio estratégico de produtos e empresas de defesa; e iv) o suporte às missões de países parceiros quando em visita à BID. Para 2022, está previsto: i) incremento nas exportações; ii) formação de parcerias estratégicas; e iii) desenvolvimento de novos produtos, serviços e tecnologias de defesa.

Os Navios de Assistência Hospitalar (NAsh) da Marinha do Brasil, conhecidos como “Navios da Esperança”, levam assistência médica, odontológica, farmacêutica e de enfermagem às comunidades ribeirinhas. Em 2021, os navios prestaram assistência a cerca de 13 mil brasileiros, em mais de cem localidades na região amazônica e no Pantanal. Para o ano de 2022, o Governo Federal pretende expandir o número de comunidades apoiadas e de cidadãos brasileiros atendidos pelos “Navios da Esperança”. A conclusão da construção do Navio de Assistência Hospitalar “Anna Nery”, prevista para 2022, contribuirá para essa expansão.

A priorização do transporte de órgãos e de equipes médicas relacionadas aos transplantes de órgãos, em todo o território nacional, é mais uma importante ação conduzida pelo Governo Federal, por meio da estreita coordenação entre a Força Aérea Brasileira e o Ministério da Saúde. No ano de 2021, as aeronaves da Força Aérea realizaram cerca de 200 missões, tendo sido transportados mais de 200 órgãos. Para 2022, o Governo Federal pretende incrementar o número de aeronaves direcionadas para o transporte de órgãos e de equipes médicas, contribuindo para o sucesso no salvamento de vidas no País.

A atenção do Governo Federal à parcela da população mais vulnerável atingida pelo flagelo da seca também contou com a participação ativa de militares do Exército Brasileiro em vastas áreas do território nacional, especialmente no Nordeste brasileiro e no Norte de Minas Gerais que, por meio do Programa Emergencial, conhecido como “Operação Carro-Pipa”, levou água potável a mais de 1,9 milhão de pessoas, atendendo cerca de 600 Municípios, com investimento de mais de R\$ 600 milhões. Para 2022, o Exército Brasileiro seguirá

as prioridades elencadas para o Programa definidas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional. Essa medida perdura há mais de duas décadas e vem sendo suplantada por ações estruturantes e concretas, como a conclusão de trechos abandonados por gestões anteriores da transposição do São Francisco, a perfuração de poços artesianos e a dessalinização de água.

Por fim, no tocante à contribuição da defesa com a construção da infraestrutura nacional, o emprego de unidades de engenharia do Exército Brasileiro na construção, ampliação e recuperação de rodovias por todo o território brasileiro, assim como na realização de obras em diversas localidades, têm contribuído para o desenvolvimento nacional e para o bem-estar da população brasileira. No ano de 2021, vale destacar: i) a restauração de trechos da BR-364, nos Estados do Acre e do Amazonas; e ii) a duplicação de trecho da BR-116 Sul, entre os Municípios de Guaíba e Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul. Para 2022, estão previstos: i) a construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), no subtrecho Caetitê/Barreiras, no Estado da Bahia; ii) a implantação e a pavimentação da BR-156, trecho sul, no Estado do Amapá; iii) a perfuração e instalação de poços artesianos no semiárido nordestino; e iv) construção da Barragem da Arvorezinha, no Município de Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul.

Esse conjunto de ações denota: i) o compromisso do Governo Federal e das Forças Armadas com o desenvolvimento nacional; ii) o respeito aos mais caros atributos de integridade e responsabilidade; iii) a atenção à sociedade brasileira; iv) a vigilância e proteção de espaços vitais; e v) a defesa proativa de riquezas e dos interesses brasileiros.

SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

A região amazônica é prioridade para o Governo Federal, que reúne esforços para a proteção dessa importante região do território nacional, focando nas ações principalmente de combate aos delitos transnacionais e à proteção ambiental. Por isso, considerável esforço tem sido realizado para a ampliação da capacidade tecnológica do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam).

Em 2021, ocorreu: i) a operacionalização da plataforma de monitoramento Painel do Fogo, uma ferramenta que fornece informações assertivas, previne falsas detecções e aprimora o conhecimento sobre a situação real das áreas observadas; ii) a inauguração da antena de recepção multissatelital instalada em Formosa, no Estado de Goiás; e iii) o apoio aos diversos órgãos públicos que atuam no combate aos delitos ambientais na região amazônica.

Para 2022, o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) continuará priorizando o apoio às operações com foco na proteção ambiental.